

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 41**

Para obter empréstimos externos de organismos multilaterais e agências bilaterais de crédito, um proponente mutuário deve apresentar sua proposta à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX). Acerca do documento a ser apresentado para a solicitação desses empréstimos e dos trâmites dessa solicitação, assinale a opção correta.

- A** O mutuário deve apresentar carta-consulta em que se descrevam ações e custos previstos na execução do projeto a ser financiado por recursos externos e a parcela a contrapartida local.
- B** O financiador, após receber diretamente do mutuário o documento de solicitação do financiamento, deve entregá-lo à COFIEIX.
- C** Cabe ao ministro do Planejamento receber do mutuário a proposta de solicitação do financiamento e decidir se transmite o projeto à COFIEIX ou se o envia diretamente ao órgão financiador externo.
- D** O interessado deve apresentar carta-proposta em que sejam descritos ações e custos previstos para a execução do projeto a ser financiado por recursos externos bem como a parcela da contrapartida a ser fornecida pelo órgão financiador.
- E** O interessado deve apresentar carta-proposta em que sejam descritas ações e receitas a serem auferidas pelo financiador dos recursos externos e a parcela de contrapartida.

QUESTÃO 42

A solicitação de empréstimos externos que for encaminhada ao secretário de assuntos internacionais do Ministério do Planejamento deve ser enviada com o documento oficial de encaminhamento do órgão, que deve ser assinado

- A** pela mesa diretora da casa legislativa, no caso de o proponente ser integrante do Poder Legislativo.
- B** por ministro do Supremo Tribunal Federal, no caso de o proponente ser integrante do Poder Judiciário.
- C** pelo governador do estado, no caso de o mutuário ser empresa estatal estadual.
- D** pelo presidente da empresa estatal estadual proponente.
- E** pelo presidente da República, no caso de o mutuário ser a União.

QUESTÃO 43

Considerando que determinado município seja proponente mutuário de empréstimo externo, assinale a opção correta, no que se refere à fase de abertura do processo no Ministério da Fazenda.

- A** O município deve informar ao ministro da Fazenda o nome da instituição financeira estadual ou municipal que oferecerá a garantia para a contratação dessa operação de crédito.
- B** A autorização para a concessão de garantia do Tesouro Nacional para a contratação dessa operação de crédito deve ser solicitada ao ministro da Fazenda.
- C** Deve ser apresentada à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a resolução da COFIEIX que autoriza a preparação do projeto.
- D** As pendências relacionadas a ressalvas anotadas pela COFIEIX podem ser supridas pela inequívoca intenção de saná-las.
- E** Dada a possibilidade de solicitação do empréstimo ser feita por governador ou prefeito, não há impedimento para que a minuta do contrato de empréstimo enviada pelo credor possa conter cláusula de natureza política.

QUESTÃO 44

Na fase da pré-negociação dos projetos de financiamentos externos, após a verificação do cumprimento de exigências decorrentes de eventuais ressalvas registradas na recomendação da COFIEIX e diante do pronunciamento favorável do Ministério da Fazenda à assinatura do ajuste, cabe à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento (SEAIN/MP)

- A** exigir a tradução juramentada do contrato negociado em língua estrangeira, com exceção da língua espanhola, devendo o documento traduzido ser encaminhado à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
- B** agendar reunião para a análise e a discussão das minutas contratuais entre o proponente mutuário e o representante do agente financiador.
- C** agendar reunião para a análise e a discussão das minutas contratuais com a participação de representantes dos órgãos envolvidos no processo, como a STN, para, juntamente com o proponente mutuário, consolidar a posição que subsidiará a delegação brasileira nas negociações com o agente financiador.
- D** definir com o agente financiador a data e o local de realização das reuniões de negociação das minutas contratuais.
- E** exigir do proponente mutuário o parecer jurídico sobre a minuta contratual negociada.

QUESTÃO 45

Em relação à fase final das negociações para a assinatura do contrato de financiamento externo, assinale a opção correta.

- A** Independentemente do país de origem do agente financiador, a solicitação do registro no Banco Central do Brasil (BACEN) deve ser feita em língua portuguesa, dispensando-se cópia em língua estrangeira, por ser este um órgão oficial do Estado brasileiro.
- B** Entre as providências finais do mutuário para a contratação de crédito externo consta a solicitação ao Ministério das Relações Exteriores para registro da operação de crédito externo.
- C** Assinado pelo ministro da Fazenda o despacho que autoriza a contratação do financiamento, o contrato pode ser firmado pelas partes diretamente envolvidas, devendo, após a assinatura do ajuste, a STN representar a União na qualidade de mutuária ou garantidora da operação.
- D** A PGFN, de posse do parecer final do ministro da Fazenda, deve encaminhar o processo à COFIEX, que deve tomar as medidas necessárias para a assinatura do contrato da operação de crédito externo.
- E** Com vistas a tornar o contrato efetivo, o proponente mutuário deve providenciar a publicação do ajuste no Diário Oficial da União, com as características básicas da operação.

QUESTÃO 46

De acordo com as disposições do Decreto Federal n.º 3.502/2000, assinale a opção correta no que concerne à reorganização da COFIEX.

- A** Compete ao secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mediante prévia manifestação da COFIEX, autorizar a preparação de projetos ou programas do setor público com apoio financeiro externo.
- B** Cabe à COFIEX, órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, identificar, examinar e aprovar os pleitos de apoio externo de natureza financeira para projetos do setor público brasileiro.
- C** Em se tratando de financiamentos externos a entidades do governo federal, as recomendações da COFIEX condicionam-se ao enquadramento em programas, ações e recursos previstos na lei de diretrizes orçamentárias (LDO).
- D** Entre os componentes da COFIEX incluem-se o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o presidente do BACEN.
- E** Por proposta do secretário do Tesouro Nacional, a COFIEX aprovará limite global consolidado para as operações com financiamento externo.

QUESTÃO 47

A respeito da atuação do Banco Europeu de Investimentos (BEI) como financiador de projetos de investimento e desenvolvimento, assinale a opção correta.

- A** Na mesma época em que se criou a moeda única da comunidade europeia — o euro —, o BEI foi criado para financiar projetos de desenvolvimento dos países dessa comunidade, justamente para afastar eventuais crises, como a que afeta a Europa atualmente.
- B** Os financiamentos do BEI destinam-se a projetos a serem desenvolvidos nos Estados-membros da União Europeia, não sendo realizados investimentos fora da Europa.
- C** O BEI não trabalha com financiamento de projetos do setor privado.
- D** O BEI capta, nos mercados de capitais, grande parte dos recursos que aplica.
- E** A maior parte dos empréstimos do BEI no Brasil tem-se destinado ao financiamento de investimentos no setor público federal.

QUESTÃO 48

No que se refere à atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil, assinale a opção correta.

- A** O BID, constituído sob a forma de banco de desenvolvimento, com sede em Washington D.C. e várias agências em todos os continentes, é instituição autônoma, formada de modo unitário.
- B** O BID provê empréstimos utilizando capital fornecido por seus países-membros e recursos obtidos nos mercados de capital, mediante emissão de obrigações, e participa de acordos de cofinanciamento com outras organizações multilaterais e privadas.
- C** Uma das principais metas do BID é promover a rentabilidade na aplicação dos seus ativos financeiros.
- D** O BID não trabalha com financiamentos ao setor privado.
- E** O BID apoia o desenvolvimento socioeconômico da América Latina e do Caribe, principalmente mediante doações a instituições públicas.

QUESTÃO 49

De acordo com a resolução do Senado Federal n.º 48/2007, sujeitam-se à aprovação específica do Senado Federal as operações de crédito externo, de responsabilidade da União, excluído o BACEN, bem como as garantias concedidas pela União a operações de mesma natureza, inclusive aditamento a contrato relativo à operação de crédito externo que preveja elevação dos valores mutuados ou financiados ou redução dos prazos de pagamentos. Com base nessas informações, assinale a opção correta em relação às exigências dessa resolução em pedido de crédito externo.

- A** Essa solicitação independe de pronunciamento da PGFN.
- B** Não é necessária a comprovação de que o programa ou projeto esteja incluído na lei de aprovação do plano plurianual (PPA).
- C** Tratando-se de solicitação de empresas estatais, é suficiente comprovar a inclusão do programa ou projeto no orçamento da empresa, ainda que este não faça parte da lei orçamentária anual (LOA) da União.
- D** Não é necessária autorização legislativa para esse fim.
- E** Deve-se comprovar a inclusão, na LOA, das dotações necessárias ao ingresso dos recursos externos, ao pagamento dos encargos da operação e à contrapartida nacional.

QUESTÃO 50

De acordo com a Resolução do Senado Federal n.º 48/2007, assinale a opção correta no que concerne à autorização de operações de crédito externo.

- A** A apuração do montante das garantias concedidas pela União deve ser efetuada no momento de cada solicitação de crédito externo.
- B** Na apuração do limite de endividamento do solicitante, devem ser computadas as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias.
- C** Os contratos de empréstimos externos poderão conter cláusula para facilitar a compensação automática de débitos e créditos das operações anteriores entre proponente e financiador.
- D** O limite para as operações de refinanciamento do principal de dívidas anteriores deve estar inserido no limite normal para novas operações.
- E** O montante das garantias concedidas pela União poderá exceder a 50% da receita corrente líquida.

QUESTÃO 51

A solicitação de abertura de contas especiais em moeda estrangeira previstas em acordos de empréstimos ou contribuições financeiras não reembolsáveis firmados pela União Federal junto a organismos multilaterais e agências governamentais estrangeiras

- A** deve ser acompanhada de cronograma estimativo de devolução dos recursos externos.
- B** deve ser realizada pelo BACEN, gestor da conta única do Tesouro Nacional.
- C** deve ser acompanhada de toda a documentação exigida pelo organismo multilateral captador de recursos.
- D** deve ser previamente registrada no cadastro de ativos do órgão central de administração financeira.
- E** deve ser realizada pela Coordenação Geral de Programação Financeira da STN, após requisição dos órgãos setoriais do sistema de administração financeira.

QUESTÃO 52

O registro de ingresso de recursos oriundos de acordos de empréstimos ou contribuições financeiras não reembolsáveis firmados pela União junto a organismos multilaterais, deve ser realizado no

- A** SIAFEM, à conta do órgão setorial do sistema de administração financeira do governo estadual.
- B** SIAFI, à conta do órgão setorial do sistema de administração de pessoal do governo federal.
- C** SIAFI, à conta do órgão central do sistema de administração financeira do governo federal.
- D** SIAFI, à conta da unidade gestora do sistema de administração financeira do governo federal.
- E** SIDOR, à conta do órgão central do sistema de administração orçamentária do governo estadual.

QUESTÃO 53

Os desembolsos em contas especiais devem ser realizados

- A** pela coordenação geral de programação financeira da STN, com utilização da conta única do Tesouro Nacional.
- B** por órgãos setoriais, com utilização de conta empréstimo.
- C** por unidades gestoras, com utilização da conta única do Tesouro Nacional.
- D** levando-se em conta as características gerais contidas nos respectivos acordos informais do projeto.
- E** por unidades gestoras, com utilização direta de contas especiais.

QUESTÃO 54

De acordo com a Instrução Normativa STN/MF n.º 06/2004, a irregularidade constatada pela STN em determinado projeto deve ser

- A** reportada à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União.
- B** comunicada à unidade gestora, que terá prazo de cinco dias para sanar a pendência.
- C** informada ao Ministério Público Federal, que deve avaliar a abertura de procedimento administrativo inquisitório.
- D** reportada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, que deve apurar a irregularidade com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- E** desprezada, uma vez que não é competência desse órgão realizar apurações dessa natureza.

QUESTÃO 55

Os organismos internacionais que administram recursos públicos da União, sob a forma de acordo de cooperação técnica, possuem um conjunto de obrigações e responsabilidades legais. De acordo com a legislação vigente, esses organismos

- A** não estão sujeitos à prestação de contas dos recursos recebidos por acordo, devendo enviar à Secretaria Federal de Controle relatório consolidado de todos os projetos sob sua administração, ao final de cada biênio.
- B** devem disponibilizar à Secretaria Federal de Controle, ao órgão central do sistema de administração financeira e à unidade gestora responsável um mecanismo de consulta aos saldos e movimentação dos recursos relativos a cada acordo, para fins de conciliação bancária.
- C** são obrigados a apresentar demonstrações contábeis completas de cada um dos acordos, acompanhadas de relatório do auditor independente.
- D** devem, para fins de conciliação bancária, disponibilizar livre acesso a todos os seus depósitos realizados em instituições bancárias no Brasil e no exterior.
- E** devem desprezar a apuração de eventuais rendimentos ou prejuízos decorrentes de variação cambial, ao longo da vigência de cada um dos acordos.

QUESTÃO 56

A conta única, implantada em setembro de 1988, representou uma mudança radical no controle de caixa do Tesouro Nacional, em virtude da racionalização na movimentação dos recursos financeiros no âmbito do governo federal. Com ela, os saldos bancários de todas as unidades gestoras *on-line* do SIAFI passaram a ser registrados e controlados pelo sistema, sem contas escriturais no Banco do Brasil. Assim, a conta única é uma conta mantida junto ao BACEN, destinada a acolher, em conformidade com o disposto no artigo 164 da Constituição Federal, as disponibilidades financeiras da União que se encontram à disposição das unidades gestoras *on-line*, nos limites financeiros previamente definidos.

Internet: <www.tesouro.fazenda.gov.br> (com adaptações).

Com base no texto acima, assinale a opção correta quanto às formas de utilização da conta única.

- A** As sociedades de economia mista a utilizam como caixa para pagamento de tributos.
- B** Os fundos de investimento financeiro privados a utilizam para honrar o resgate de cotas.
- C** As fundações públicas federais a utilizam para pagamentos a fornecedores.
- D** As organizações da sociedade civil de interesse público a utilizam para recebimento de suas receitas tributárias.
- E** As fundações privadas a utilizam para pagamento de pessoal.

QUESTÃO 57

A operacionalização da conta única do Tesouro Nacional

- A** pode ser realizada pela STN para fazer movimentações financeiras diretamente, sem intermediários, por meio do sistema de pagamentos brasileiro.
- B** deve ser realizada por instituição financeira estrangeira ou por outros agentes financeiros autorizados pelo Ministério da Fazenda.
- C** deve ser realizada pelo Banco da Amazônia ou por outros agentes financeiros autorizados pelo BACEN.
- D** pode ser realizada por empresa controlada, integrante do conglomerado financeiro de agente financeiro não autorizado.
- E** deve ser realizada por instituição financeira não bancária ou por outros agentes financeiros autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários.

QUESTÃO 58

Com relação às modalidades de aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional, assinale a opção correta.

- A** Somente podem ser aplicadas na modalidade de prazo fixo as disponibilidades financeiras decorrentes de arrecadação própria, com base na classificação efetuada pela SOF.
- B** As aplicações financeiras em debêntures objetivam atribuir liquidez a esses títulos de crédito.
- C** As aplicações financeiras a prazo fixo de 360 dias devem ser realizadas com o objetivo de alongar os prazos dos compromissos.
- D** As aplicações financeiras a prazo fixo podem ser efetuadas pelas autarquias, fundos, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- E** As aplicações financeiras diárias, visam reduzir a liquidez da conta única.

QUESTÃO 59

Com relação à auditoria externa nos projetos financiados com recursos do Banco Mundial, assinale a opção correta.

- A** A auditoria externa é obrigatória nos projetos financiados pelo Banco Mundial.
- B** Em projetos com mais de três anos de duração, a auditoria externa deve ser contratada no último mês do projeto, evitando-se despesas desnecessárias.
- C** Não são exigidas auditorias externas em projetos de interesse de países membros da OCDE.
- D** A auditoria pode ser substituída pela emissão de um relatório de revisão limitada.
- E** A existência de auditoria interna pode suprir a necessidade de auditoria externa.

QUESTÃO 60

O Banco Mundial pode exigir a inclusão de uma cláusula em editais e contratos financiados por empréstimos do banco, obrigando os licitantes a permitir a inspeção de todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, além de submeter essa documentação à auditoria

- A** do BACEN.
- B** interna dos licitantes.
- C** da Receita Federal do Brasil.
- D** interna dos mutuários.
- E** de profissionais designados pelo Banco Mundial.

QUESTÃO 61

O manual operacional dos projetos financiados pelo Banco Mundial tem como objetivo

- A** descrever as fraudes ocorridas durante o projeto.
- B** avaliar a estrutura de auditoria operacional durante o projeto.
- C** reduzir o risco operacional do Banco Mundial.
- D** resumir os pontos de destaque do mutuário.
- E** regulamentar a implementação das atividades do projeto.

QUESTÃO 62

Em um capítulo do manual operacional de projeto financiado com recursos do Banco Mundial, são detalhadas as articulações entre as diversas unidades envolvidas e os níveis deliberativos, decisórios, gerencial e operacional estruturados para a execução do projeto, além de pormenorizar o papel e identificar os executores e coexecutores do projeto e estabelecer as estratégias de ação, a abrangência e os benefícios e beneficiários do projeto. Assim, verifica-se que se esse capítulo do manual operacional trata

- A** do modelo orçamentário do projeto.
- B** da execução financeira.
- C** do modelo financeiro.
- D** do arranjo institucional.
- E** do modelo de auditoria do projeto.

QUESTÃO 63

No que se refere à estrutura dos projetos financiados pelo Banco Mundial, assinale a opção correta.

- A** A apresentação de objetivos específicos permite um maior detalhamento dos subcomponentes do projeto.
- B** Não é obrigatória a apresentação do objetivo geral nesses projetos.
- C** Os objetivos específicos podem ser definidos como alvos concretos a serem alcançados no âmbito do projeto.
- D** O objetivo geral deve ser vago e refutável, o que permite uma maior flexibilidade ao projeto.
- E** Os componentes têm a característica de explicitar a principal finalidade do projeto.

QUESTÃO 64

Os serviços de auditoria realizados nos projetos financiados pelo Banco Mundial

- A não devem avaliar os sistemas estabelecidos para produzir informações financeiras.
- B devem ser realizados de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, emitidas pela Federação Internacional de Contadores.
- C devem seguir padrões de dependência financeira com os mutuários, com vistas a garantir a ausência de segregação de funções.
- D devem avaliar os demonstrativos informais, produzidos sem base em documentação suporte.
- E devem avaliar por amostragem os sistemas e mecanismos de controle externo aos projetos.

QUESTÃO 65

(...) contribuir para ampliar e consolidar os avanços dos setores de energia e mineração, dando apoio à competitividade e ao crescimento econômico sustentável do país, assim como à modernização institucional dos setores, envolvendo áreas estratégicas do MME.

Brasil. Ministério das Minas e Energia. Manual operacional do projeto meta (com adaptações).

Com base no conteúdo e na estrutura de projetos, verifica-se que o texto acima trata

- A de um componente do projeto.
- B dos procedimentos de gestão do projeto.
- C dos procedimentos de gestão financeira do projeto.
- D do objetivo geral do projeto.
- E de um subcomponente do projeto.

QUESTÃO 66

Os registros contábeis de projetos financiados com recursos do Banco Mundial devem

- A ser realizados em sistema próprio do Banco Mundial, sem prejuízo dos registros no SIAFI.
- B ser realizados de forma global, apenas no final de cada exercício.
- C evidenciar apenas a contrapartida nacional do mutuário.
- D ser elaborados independentemente do registro contábil no SIAFI.
- E ser realizados com base no plano de contas próprio de cada projeto, aprovado pelo BACEN.

QUESTÃO 67

A previsão orçamentária de projetos financiados com recursos do Banco Mundial é elaborada

- A no momento de uma possível auditoria externa.
- B desconsiderando-se o contrato de empréstimo e o fluxo de pagamentos previstos.
- C com base em percentuais fixos de valores das liberações de recursos e no fluxo de pagamentos previstos.
- D com base nas informações constantes do plano de aquisições do projeto e do contrato de empréstimo, bem como no fluxo de pagamentos previstos.
- E após a utilização dos recursos pelo mutuário.

QUESTÃO 68

O relatório de monitoramento financeiro, obrigatório em projetos financiados pelo Banco Mundial,

- A deve ser elaborado e enviado por meio do SIAFI.
- B é dispensado para projetos de duração superior a três anos.
- C deve ser elaborado e remetido a apreciação superior mensalmente.
- D deve obedecer ao padrão estabelecido pela SOF.
- E demonstra a evolução da execução financeira do projeto.

QUESTÃO 69

Considere que, em um determinado projeto, o pagamento de despesas correntes a um credor seja realizado com recursos de contas de acordo de cooperação técnica. Nessa situação, o pagamento deve ser realizado

- A mediante qualquer modalidade de pagamento que permita maior agilidade no cumprimento da obrigação, podendo os executores do projeto abrir mão da identificação do credor, inclusive.
- B com cheque nominativo, transferência eletrônica disponível ou mediante outra modalidade de saque autorizada pelo BACEN, em que fiquem identificados sua destinação e o credor.
- C por meio de depósito em conta de terceiros, bastando que o credor apresente recibo.
- D com cheque não nominativo, permitindo a maior circulação do título de crédito.
- E em espécie, sem a necessidade de identificação do credor.

QUESTÃO 70

Em relação ao fluxo de fundos de projetos financiados pelo Banco Mundial, assinale a opção correta.

- A** É vedado o uso de conta designada à movimentação desses recursos.
- B** A STN deve realizar a movimentação dos recursos para a conta única do Tesouro Nacional.
- C** A STN encaminha a documentação suporte para que o Banco Mundial preencha todos os formulários necessários para nova solicitação de desembolso.
- D** O Banco Mundial deposita o recurso diretamente na conta do fornecedor do projeto.
- E** A unidade gestora administra os recursos de forma centralizada, com auxílio dos coexecutores do projeto.

QUESTÃO 71

Com relação aos princípios inerentes aos procedimentos licitatórios, assinale a opção correta.

- A** O procedimento licitatório possibilita que a administração pública direta disponha de bens e interesses públicos.
- B** As propostas apresentadas pelos concorrentes em uma licitação não devem ser sigilosas, de modo a favorecer a ampla concorrência.
- C** De acordo com o princípio da isonomia, a licitação deve possibilitar que os participantes concorram em condições iguais, atendidas as especificidades do edital.
- D** Ao vincular-se ao instrumento convocatório, o órgão licitante poderá, em virtude de um critério subjetivo posterior, alterar determinados termos editalícios, sem que haja a necessidade de nova publicação de edital.
- E** No procedimento licitatório, não há exceções ao princípio da publicidade, qualquer que seja a fase da licitação.

QUESTÃO 72

Acerca da contratação direta pela administração pública, assinale a opção correta.

- A** Na forma da lei, a licitação poderá ser dispensada nos casos de emergência ou de calamidade pública.
- B** Caso haja previsão de dispensa de licitação, o administrador público não poderá optar pela realização do procedimento licitatório.
- C** Na modalidade de licitação denominada concorrência, não são admitidas as hipóteses de inexigibilidade.
- D** A dispensa, a inexigibilidade e a escusa justificada são as três hipóteses legais de contratação direta de serviços pela administração pública.
- E** Apesar de a licitação objetivar a ampla concorrência e, assim, a escolha da melhor proposta, este procedimento poderá ser dispensado quando for inviável a competição.

QUESTÃO 73

No que se refere ao pregão, tipo de licitação previsto na Lei n.º 10.520/2002, assinale a opção correta.

- A** Como o pregão foi estabelecido por lei ordinária distinta da Lei de Licitação, os princípios atinentes às outras modalidades de licitação, a exemplo do sigilo das propostas, não se aplicam ao pregão.
- B** A limitação do número de participantes no pregão constitui forma de garantir a celeridade do procedimento de escolha do vencedor.
- C** No pregão, que se caracteriza pela celeridade, procede-se, inicialmente, à análise e ao julgamento da habilitação dos interessados e, posteriormente, à análise e ao julgamento das propostas de preços.
- D** Durante sessão pública de pregão, tanto o autor da oferta mais baixa quanto os autores das ofertas com preços 10% superiores ao da oferta mais baixa poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até que o vencedor seja proclamado.
- E** Salvo disposição contrária prevista no edital, o prazo de validade das propostas, no âmbito do pregão, é de noventa dias.

QUESTÃO 74

Com relação ao pregão eletrônico, assinale a opção correta.

- A** Apenas o licitante pode impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.
- B** Verificando-se equívoco nas regras do edital, a administração pública tem o dever de eliminar, de ofício, o defeito, podendo promover a invalidação do certame.
- C** A participação no pregão eletrônico deve ser feita mediante a utilização de senha comum a todos os licitantes.
- D** No pregão eletrônico, dispensa-se a apresentação dos documentos referentes à qualificação técnica como requisito necessário à habilitação do licitante.
- E** Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante ou pessoa interessada poderá, durante a sessão pública, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer do resultado.

QUESTÃO 75

A respeito dos objetos licitados pela administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ A indefinição do objeto licitado no edital de licitação não invalida o procedimento licitatório caso os demais dizeres do instrumento convocatório supram a omissão.
- Ⓑ A obrigatoriedade de licitar dos órgãos da administração pública para a contratação de obras, serviços, compras e alienações decorre apenas da imposição de leis ordinárias.
- Ⓒ No intuito de se obterem a ampliação da competitividade e a diminuição dos custos, a contratação de obras, serviços e compras deve ser dividida no número de parcelas que se comprove técnica e economicamente viável.
- Ⓓ O desmembramento ou o fracionamento do objeto a ser licitado poderá ser utilizado como meio apto ao ajuste do contrato aos limites da dispensa de licitação.
- Ⓔ À escolha da administração pública, poderão ser adotadas outras modalidades de licitação diversas das estabelecidas em lei.

QUESTÃO 76

Considerando as diretrizes para a seleção e a contratação de consultores financiados por empréstimos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelos mutuários do Banco Mundial, assinale a opção correta.

- Ⓐ O custo deve ser utilizado judiciosamente como fator de seleção.
- Ⓑ A contratação direta não tem caráter excepcional, podendo ser utilizada em qualquer caso.
- Ⓒ Não é permitida a elaboração de contrato por preço global.
- Ⓓ É vedada a formação de consórcio ou de acordo de subconsultoria.
- Ⓔ A solicitação de proposta (*request for proposal*) e as propostas a serem apresentadas deverão ser, obrigatoriamente, elaboradas em língua inglesa.

QUESTÃO 77

No que se refere ao edital de licitação, assinale a opção correta.

- Ⓐ Desde que haja previsão no edital, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.
- Ⓑ No texto do edital de licitação, é facultativa a descrição do local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico.
- Ⓒ A minuta do contrato a ser firmado entre a administração e o licitante vencedor não é parte constante do anexo do edital.
- Ⓓ Os anexos do edital não compõem o instrumento convocatório.
- Ⓔ Em casos específicos, poderá haver descumprimento pela administração pública das normas e condições do edital.

QUESTÃO 78

Em relação ao processamento e ao julgamento da licitação, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os envelopes com as propostas de licitantes inabilitados deverão ser devolvidos aos proponentes antes de iniciada a fase recursal.
- Ⓑ Caso a licitação seja do tipo técnica e preço, determinados critérios subjetivos poderão ser adotados para o julgamento da proposta técnica.
- Ⓒ Apenas nos casos previstos em lei, as propostas apresentadas em desacordo com o ato convocatório da licitação poderão ser classificadas.
- Ⓓ É facultado à comissão de licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
- Ⓔ Conforme disposto na Lei n.º 8.666/1993, a abertura dos envelopes que contenham a proposta de preços é o primeiro procedimento a ser adotado para fins de análise e julgamento da licitação.

QUESTÃO 79

No que diz respeito a contratos administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Conforme disposto na Lei n.º 8.666/1993, o contratado e a contratante são igualmente responsáveis pelos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes da execução do contrato.
- Ⓑ O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento não é causa de rescisão do contrato.
- Ⓒ O contrato verbal firmado com a administração pública é válido, independentemente do valor contratado, se o objeto for entregue de forma adiantada.
- Ⓓ Qualquer interessado poderá obter cópia autenticada do contrato administrativo, mediante o pagamento dos emolumentos devidos.
- Ⓔ A execução desses contratos, no âmbito do poder público, poderá ser realizada sem fiscalização de representante da administração especialmente designado para esse fim.

QUESTÃO 80

No que concerne às sanções administrativas previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A multa somente poderá ser aplicada quando prevista no instrumento convocatório e no contrato, até o limite do valor da garantia prestada.
- Ⓑ O prazo de impedimento de contratar com a administração pública poderá exceder a dois anos.
- Ⓒ A suspensão temporária de participação em licitação poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- Ⓓ As situações e formas de aplicação das penalidades deverão constar apenas no edital ou no convite, não sendo necessária sua especificação no contrato.
- Ⓔ Em caso de inexecução total do contrato, é dispensável oportunizar defesa à contratada.

QUESTÃO 81

Considerando as diretrizes para aquisição de empréstimos no BIRD e de créditos na Associação Internacional de Desenvolvimento, assinale a opção correta.

- A** No âmbito das licitações públicas internacionais, os editais de licitação devem ser elaborados no idioma do país contratante.
- B** A licitação internacional limitada deve ser realizada mediante ampla divulgação.
- C** Qualquer empresa pode apresentar proposta para aquisição de bens e contratação de obras e serviços — com exceção dos de consultoria —, tanto de maneira individual quanto em consórcio, devendo, neste caso, ser confirmada a responsabilidade solidária dos consorciados.
- D** Os editais de licitação pública internacional devem indicar apenas o tipo de contrato a ser celebrado.
- E** É prevista punição rigorosa para as intenções de fraude e corrupção, sendo a prática corrupta definida como a falsificação ou omissão de fatos com o objetivo de influenciar o processo de aquisição ou execução do contrato.

QUESTÃO 82

No que se refere à celebração de convênios, contratos de repasse e termos de cooperação, assinale a opção correta.

- A** Em todo convênio, é obrigatória a indicação da forma de acompanhamento da execução do objeto pelo órgão da administração pública responsável pela transferência dos recursos financeiros.
- B** O conveniente poderá dar em contrapartida à transferência de recursos financeiros outros recursos, bens e serviços economicamente não mensuráveis.
- C** Não é permitida a celebração de convênios ou contratos de repasse cujo objeto abranja vários programas e ações federais a serem executados de forma descentralizada.
- D** O conveniente que receber recursos a título de transferência por convênio é desobrigado de prestar contas desses recursos.
- E** Não há, na legislação vigente, vedações explícitas à celebração de convênios e contratos de repasse.

QUESTÃO 83

A respeito das modalidades de licitação, assinale a opção correta.

- A** O convite é a modalidade de licitação utilizada para as contratações de serviços até R\$ 150.000,00.
- B** A concurso é a modalidade de licitação utilizada para a escolha de trabalho técnico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios especificados em edital.
- C** Na tomada de preços, a habilitação do licitante ocorre em momento posterior ao da abertura do procedimento.
- D** O leilão é a modalidade de licitação destinada à compra de bens comuns pela administração pública.
- E** O pregão, que não está previsto na Lei n.º 8.666/1993, é modalidade de licitação em desuso.

QUESTÃO 84

No que se refere à habilitação dos licitantes, conforme especificado na Lei de Licitações, assinale a opção correta.

- A** A exigência de qualificação jurídica das sociedades civis restringe-se à apresentação do registro comercial ou do ato constitutivo.
- B** Além dos documentos previstos na Lei n.º 8.666/1993, poderão ser exigidos outros documentos para a comprovação da capacidade técnica dos licitantes.
- C** A fase de habilitação não se relaciona com o objeto a ser licitado, mas com a própria pessoa, física ou jurídica, que pretende executar o objeto licitado.
- D** A comprovação da qualificação técnica, no tocante à aptidão para a execução do objeto licitado, ocorre por meio de atestados de capacidade técnica, que devem ser fornecidos apenas por pessoas jurídicas de direito público.
- E** Para fins de comprovação da regularidade fiscal, dispensa-se a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.

QUESTÃO 85

De acordo com o disposto na Lei n.º 8.666/1993, na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 5.450/2005, poderá ser apresentado recurso administrativo apenas

- A** depois de declarado o vencedor, no caso de pregão presencial ou eletrônico.
- B** nos casos de multa, suspensão do direito de licitar e declaração de inidoneidade.
- C** após a análise das propostas, em qualquer modalidade de licitação.
- D** no caso de inabilitação do licitante.
- E** quando ocorrer anulação ou revogação da licitação.

QUESTÃO 86

Acerca do plano plurianual (PPA), assinale a opção correta.

- A** Não é necessário que os investimentos com prazo de validade superior a um exercício financeiro façam parte do PPA, sendo suficiente sua previsão na LDO.
- B** O PPA, com vigência quadrienal, coincide com o mandato do chefe do Poder Executivo.
- C** Não estão incluídas no escopo do PPA, instrumento orçamentário que estabelece as diretrizes de governo, as despesas de capital e outras delas decorrentes, que são discriminadas na LDO.
- D** Conforme dispositivo legal, apenas a inclusão ou a exclusão de objetivos definidos em programas temáticos do PPA é considerada revisão.
- E** No PPA, devem estar representadas todas as diretrizes do governo com relação a orçamento, tais como as debatidas por ocasião das campanhas para presidente, governador e prefeito.

QUESTÃO 87

Considerando as diferenças entre o PPA, a LDO e a LOA, assinale a opção correta.

- A** O tempo de vigência da LDO, incluindo-se orientação e execução, é de um ano, ou seja, um exercício financeiro.
- B** O período de aprovação da LDO, no âmbito do Poder Legislativo, é de 1.º de setembro a 22 de dezembro de cada ano.
- C** Na LDO, as metas físicas e financeiras alcançam o período de execução de um ano.
- D** A LOA, cujo período de execução é de 1.º de janeiro a 31 de dezembro, objetiva, principalmente, estimar as receitas e fixar as despesas.
- E** A LOA estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração federal.

QUESTÃO 88

Assinale a opção correta acerca da dimensão clássica de intervenção da administração pública na economia.

- A** Em uma situação eficiente, segundo Pareto, todos os agentes econômicos possuem o mesmo nível de distribuição de renda.
- B** Se ao Estado é facultada a aplicação de um imposto pigouviano, conclui-se que essa forma de tributo é capaz de resolver o problema de externalidades negativas acerca da economia, e justifica, portanto, a intervenção do governo nas relações econômicas.
- C** As externalidades são efeitos externos que afetam diretamente o preço dos bens; portanto, a intervenção governamental é justificada e deve ocorrer por meio da alteração do sistema de preços.
- D** Ainda que se levem em conta os problemas de externalidades negativas, o sistema de preços de mercado é sempre a melhor opção para assegurar a alocação eficiente dos recursos escassos.
- E** O mercado privado é sempre capaz de ofertar níveis eficientes de bens não rivais e não excludentes.

QUESTÃO 89

Em relação aos princípios da instituição orçamentária, assinale a opção correta.

- A** O princípio da totalidade orçamentária estabelece a possibilidade de coexistência de diversos orçamentos, que devem sofrer a consolidação para propiciar a visão conjunta das finanças públicas.
- B** De acordo com o princípio da unidade orçamentária, todos os entes da Federação devem elaborar, em conjunto, um único orçamento.
- C** A elaboração independente dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais viola o princípio da unidade.
- D** Sob o ponto de vista histórico, pode-se afirmar que o princípio da unidade orçamentária foi extinto com a promulgação da Constituição Federal de 1988.
- E** Segundo o princípio multiplicidade orçamentária, no atual sistema de orçamento brasileiro, o orçamento deve ser separado em três unidades: fiscal, de seguridade social e de investimentos das estatais.

QUESTÃO 90

Considerando os princípios orçamentários no que se refere ao controle do Poder Executivo, assinale a opção correta.

- A** Para a garantia da consistência orçamentária, em regra, as receitas devem ser vinculadas a órgãos, fundos ou despesas.
- B** De acordo com o princípio da universalidade, a LOA deve ser única para toda a Federação.
- C** De acordo com o princípio da anualidade, fica proibida a reabertura de créditos adicionais especiais e extraordinários em orçamento de exercício financeiro subsequente.
- D** De acordo com o princípio da especificação, todas as despesas, inclusive as relacionadas aos programas especiais de trabalho, devem ser discriminadas no orçamento, não sendo possível que se consignem na LOA dotações globais.
- E** Um dos objetivos da aplicação do princípio da universalidade é impedir que o Poder Executivo realize qualquer operação de receita e despesa sem prévia autorização parlamentar.

QUESTÃO 91

Acerca do orçamento público no Brasil, assinale a opção correta.

- A** Por representarem passivo financeiro, os ingressos na forma de depósitos de terceiros, salários não reclamados, consignações a pagar são classificados como ingressos orçamentários.
- B** As operações de crédito, por gerarem passivo permanente, são classificadas, no orçamento, como ingressos extraorçamentários.
- C** No orçamento público brasileiro, as receitas e despesas são registradas pelo seu real valor de desembolso na peça orçamentária.
- D** A receita no orçamento é lançada na contabilidade pública pelo regime de competência.
- E** No orçamento brasileiro, os recursos decorrentes do recebimento de caução em dinheiro para garantia de contratos não provocam efeitos sobre o patrimônio líquido e não constam do orçamento público.

QUESTÃO 92

Em relação ao sistema de informação da execução orçamentária e financeira, assinale a opção correta.

- A** O registro contábil das operações do Poder Judiciário é feito por sistema próprio de processamento da execução orçamentária, portanto, não se inclui no SIAFI.
- B** Os recursos financeiros do governo federal são disponibilizados aos diversos órgãos em contas-correntes individuais e segregadas, constituídas para esse fim no Banco do Brasil.
- C** De acordo com o SIAFI, um órgão é sempre subordinado a uma unidade gestora, que é a unidade investida do poder de gerir créditos orçamentários e recursos financeiros.
- D** A falta de padronização dos procedimentos orçamentários no Brasil faz que a emissão de empenho, de ordem bancária ou de um documento de arrecadação de receitas federais gere documentos distintos em relação à formalização e execução dos estágios da receita e da despesa.
- E** De acordo com os conceitos do SIAFI, unidade administrativa é entendida como a unidade que depende da descentralização de créditos de uma unidade orçamentária.

QUESTÃO 93

Considerando as regras para alterações orçamentárias, assinale a opção correta.

- A** Os créditos extraordinários são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, sendo necessária, para a sua execução, apenas uma exposição de motivos.
- B** Os créditos especiais são destinados a despesas urgentes e imprevisíveis e somente são abertos por medida provisória.
- C** Em regra, a abertura de créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária poderá ocorrer sem a necessidade de submissão ao Poder Legislativo.
- D** Os créditos suplementares vigoram por quatro anos, alinhados ao PPA.
- E** Os recursos alocados na LOA para pagamento de precatórios e cumprimento de débitos judiciais transitados em julgado não podem ser cancelados em nenhuma hipótese.

QUESTÃO 94

No que se refere à abrangência e aos procedimentos de escrituração da dívida ativa da União, assinale a opção correta.

- A** Como a dívida ativa corresponde aos créditos da Fazenda Pública, conclui-se que somente os créditos de natureza tributária podem ser inscritos nesse indicador.
- B** O cancelamento da dívida ativa é fato de natureza orçamentária.
- C** A inscrição da dívida ativa não provoca alteração no patrimônio líquido da União.
- D** O pagamento da dívida ativa é escriturado como receita orçamentária do exercício financeiro.
- E** O pagamento da dívida ativa provoca alteração no patrimônio líquido da União.

QUESTÃO 95

Acerca da despesa pública, assinale a opção correta.

- A** A quitação de restos a pagar é exemplo de dispêndio financeiro orçamentário.
- B** Na LOA, a esfera orçamentária identifica a estrutura organizacional de determinado ente governamental.
- C** Somente poderá ser lançada em restos a pagar a despesa cuja execução tenha alcançado a fase de emissão do empenho.
- D** As despesas orçamentárias são classificadas em efetivas e não efetivas, caracterizando-se as primeiras pela simples mutação patrimonial das contas públicas, e as últimas pela diminuição da situação patrimonial de tais contas.
- E** A despesa é classificada, por esfera orçamentária, em orçamento fiscal e orçamento de investimento.

QUESTÃO 96

Em relação aos conceitos e estágios da despesa pública, assinale a opção correta.

- A** Em caso de restos a pagar, se o valor a ser pago for superior ao valor inscrito, a diferença deverá ser empenhada à conta do orçamento do exercício corrente.
- B** O empenho, que impõe ao Estado a obrigação de pagamento, assegura o direito líquido de recebimento por seu credor.
- C** Na fase de liquidação, ocorre o efetivo pagamento da despesa.
- D** O pagamento da despesa pública ocorre por meio de liberação de ordem de pagamento pelo ordenador da despesa, logo após o término do empenho da despesa.
- E** O empenho, que impõe ao Estado a obrigação de pagamento, somente pode ser realizado por valor determinado, ou seja, pelo correto valor devido.

QUESTÃO 97

A respeito da dívida passiva do governo, assinale a opção correta.

- A** A dívida flutuante pode ter origem extraorçamentária.
- B** As operações de crédito com prazo de amortização superior a doze meses são inscritas na dívida flutuante.
- C** A dívida flutuante é composta exclusivamente de obrigações de longo prazo, com maturidade superior a doze meses.
- D** A dívida flutuante é oriunda da receita orçamentária.
- E** A dívida fundada compreende os restos a pagar.

QUESTÃO 98

No que concerne às despesas na forma de suprimento de fundos, assinale a opção correta.

- A** Pode-se conceder suprimento de fundos a servidor declarado em alcance.
- B** É vedada a utilização de suprimento de fundos para a aquisição de material de escritório, seja qual for o seu valor.
- C** Legalmente, o pagamento das despesas com suprimento de fundos somente pode ocorrer após o procedimento licitatório.
- D** Qualquer despesa pode ser paga sob a forma de suprimento de fundos, desde que observados os devidos procedimentos licitatórios.
- E** Despesas que devam ser feitas em caráter sigiloso podem ser pagas sob a forma de suprimento de fundos.

QUESTÃO 99

Considerando as normas, os procedimentos da execução orçamentária e financeira da União e os conceitos relacionados ao orçamento, assinale a opção correta.

- A** A atividade, instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolve um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.
- B** As operações especiais são despesas que retratam a atividade produtiva, das quais resultam um produto e uma contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- C** As transferências ao governo do Distrito Federal e antigos territórios para o pagamento de assistência médica e pré-escolar, auxílio-alimentação e auxílio-transporte são exemplos de operações especiais.
- D** De acordo com o princípio da especificação, as emissões de papel-moeda e de outras entradas compensatórias devem integrar o orçamento.
- E** As despesas correntes são aquelas que contribuem diretamente para a formação ou a aquisição de bem de capital.

QUESTÃO 100

Acerca da proposta de elaboração orçamentária, assinale a opção correta.

- A** As despesas de capital não devem constar do PPA.
- B** O PPA deve ser elaborado de forma nacional, não sendo permitida a sua regionalização.
- C** As receitas e despesas da PETROBRAS e as do Banco do Brasil devem ser incluídas na LOA.
- D** A iniciativa de elaboração da proposta orçamentária é sempre do Poder Legislativo.
- E** Na apreciação das matérias orçamentárias, não se admitem emendas ao projeto de lei de orçamento que visem conceder dotação para início de obra cujo projeto não esteja aprovado por órgãos competentes.



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos